



PLEBISCITO CONSTITUINTE

Jornal do Plebiscito Popular por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político

 /plebiscitoconstituente



População organiza plebiscito e reivindica constituinte para mudar sistema político

Por que a saúde e a educação públicas tem tantos problemas, os professores recebem tão pouco e faltam creches? Por que o transporte é tão caro e de péssima qualidade? Por que o dinheiro que deveria ir pra área social vai pro bolso dos ricos?

Porque é preciso fazer reformas profundas no nosso país, mas com atual sistema político não dá! Nele o povo não está representado.

No atual sistema político, as empresas financiam mais de 90% dos recursos das campanhas eleitorais, os eleitos são controlados pelos interesses delas e não

dos cidadãos que votaram.

Além disso, existe uma grande distorção na democracia representativa atual. Consequentemente, o povo está subrepresentado.

Apesar de existirem muito mais trabalhadores que patrões, os empresários tem metade do Congresso, apesar de serem a minoria da população.

Em junho de 2013, o povo foi às ruas, se chocou com as instituições do país e deu o seu recado: o atual sistema político não nos representa!

Mas a maioria dos deputados e senadores barrou a convocação da Constituinte ex-

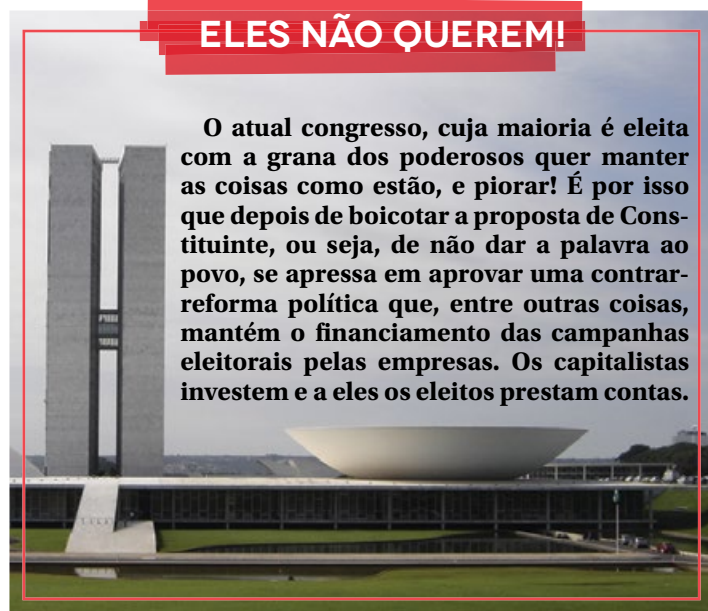
clusiva. Querem manter tudo como está.

Por isso, não podemos deixar nas mãos deles a responsabilidade para mudar: precisamos de uma Assembleia Constituinte com representantes eleitos sob novas regras e exclusivamente para criar um novo sistema político com mais democracia.

A população está se organizando e construindo o Plebiscito Popular para dar voz ao povo, junte-se a nós! Os interesses da maioria explorada e oprimida que constrói a riqueza da nação devem ser respeitados!

ELES NÃO QUEREM!

O atual congresso, cuja maioria é eleita com a grana dos poderosos quer manter as coisas como estão, e piorar! É por isso que depois de boicotar a proposta de Constituinte, ou seja, de não dar a palavra ao povo, se apressa em aprovar uma contrarreforma política que, entre outras coisas, mantém o financiamento das campanhas eleitorais pelas empresas. Os capitalistas investem e a eles os eleitos prestam contas.



Congresso ainda não representa o povo

Inúmeras pesquisas atestam que vem crescendo a insatisfação do povo brasileiro com a política. Em agosto de 2003, 36% da população não tinha preferência por nenhum partido (Ibope). Em fevereiro de 2014, a proporção subiu para 66% (Datafolha). Além disso, vem caindo o grau de confiança das pessoas nas instituições políticas. O Índice de Confiança Social (ICS) do Congresso Nacional caiu de 35% para 29% entre 2009 e 2013, enquanto o ICS dos partidos caiu de 31% para 25% no

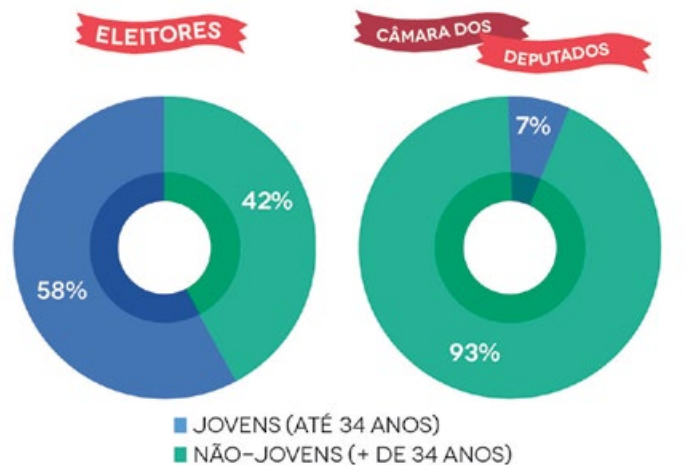
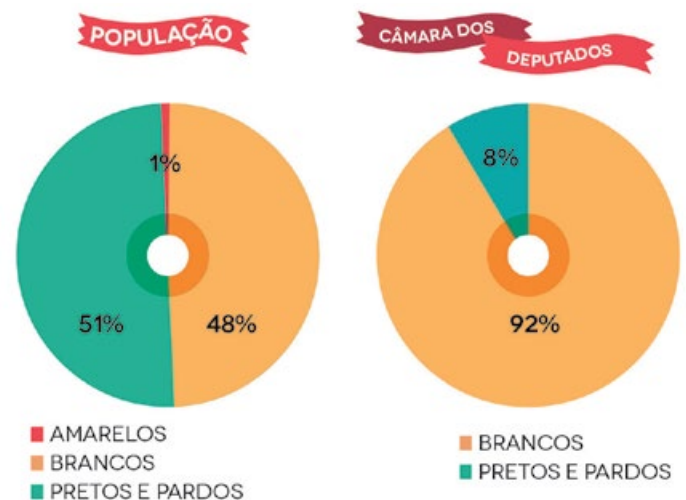
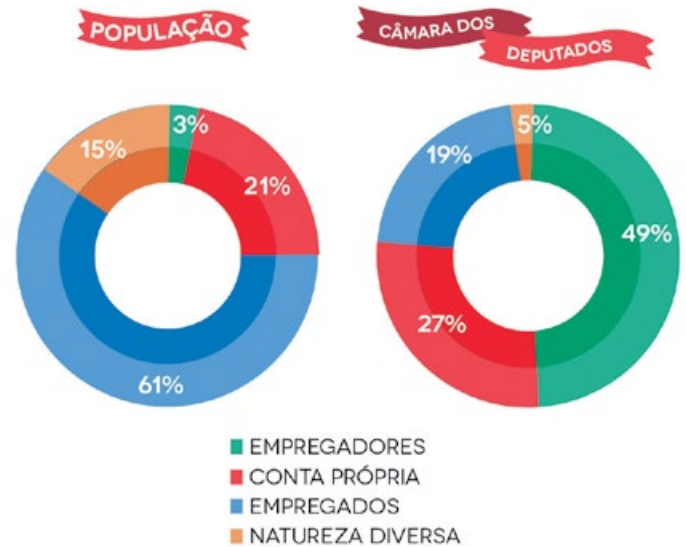
mesmo período (Ibope).

De acordo com os movimentos e organizações que participam da campanha do Plebiscito Constituinte, a forma como o sistema político brasileiro está estruturado atualmente é a principal responsável por este descrédito. Eles alegam que por isso o Congresso Nacional não é capaz de representar o povo brasileiro, pois o que predomina é a lógica dos poderosos contra os interesses do povo oprimido, fazendo do Congresso um balcão de ne-

gócios.

O financiamento empresarial de campanhas eleitorais, as distorções na representação dos estados, a exclusão de setores oprimidos da sociedade, entre outros fatores, contribuem para que o povo, seus anseios e necessidades fiquem em último plano na pauta do Congresso, alegam os organizadores da campanha.

No gráfico ao lado é possível ver a distorção entre o perfil socioeconômico da população e da Câmara dos Deputados.



Mulheres, jovens e negros são minoria dos parlamentares

Uma das alegações das organizações sociais que lutam por uma mudança profunda do sistema político brasileiro, é a falta de democracia representativa no Congresso Nacional. Mulheres, jovens e negros acabam não tendo a devida representatividade nas casas. Se forem comparados a quantidade de mulheres que se tem na sociedade, e quantas estão no Congresso, percebe-se que os números são desproporcionais. Mais da metade da população brasileira é composta por mulheres, enquanto ocupam apenas 8% dos mandatos na Câmara dos Deputados e 2% no Senado.

Nesse sentido, os movimentos sociais que constroem o plebiscito popular pela constituinte defendem a garantia de instrumentos que possibilitem a ampliação da participação das mulheres na política.

Essa situação não difere se for comparada a representatividade da população negra na política institucional. No Brasil, 51% se autodeclararam negros (as), segundo o Censo 2010 do IBGE. Porém, apenas 8% do total de parlamentares se denominam como tal. Os jovens também não ficam de fora. Há mais de 80 milhões de jovens entre 15 e 34 anos no país, de

acordo com o IBGE, ao representarem 42% do eleitorado. Entretanto, menos de 3% no Congresso Nacional se enquadram nessa denominação.

Dentro desse contexto, as organizações sociais acreditam que o texto da reforma do sistema eleitoral brasileiro precisa propor mecanismos para enfrentar essas subrepresentação na política. Alegam que para ser de fato representativa, a política deve trazer para o seu seio setores da sociedade até então afastados, já que democratizar os espaços de poder seria tornar a política mais acessível e menos excludente.

POPULAÇÃO

51% MULHER | 49% HOMEM



FONTE: IBGE

CÂMARA DOS DEPUTADOS

8% MULHER | 92% HOMEM



FONTE: CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETOS QUE PATINAM NO CONGRESSO:

_ REDUÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO PARA 40 HORAS SEMANAIS SEM REDUÇÃO DE SALÁRIOS

_ EXPROPRIAÇÃO DE TERRA, PARA EFEITO DE REFORMA AGRÁRIA, ONDE FOR FLAGRADO TRABALHO ESCRAVO

_ SALÁRIO IGUAL PARA TRABALHO IGUAL, ENTRE HOMENS E MULHERES

Candidatos eleitos custam em média R\$ 1 milhão

EMPRESAS FINANCIAM: INVESTIMENTO É “RENTÁVEL”

Campanhas milionárias, compras de votos, ruas inundadas de materiais, santinhos etc. De 2 em 2 anos é a mesma história. Dezenas de candidatos concorrem nas eleições, mas em geral são eleitos aqueles que tem as campanhas mais caras.

É isso que prova a pesquisa realizada pela Associação dos Consultores Legislativos e de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados (ASLEGIS), ilustrada no gráfico ao lado. A média de gasto de campanha dos candidatos a deputado

federal eleitos é de R\$ 1 milhão, enquanto a dos não eleitos é de R\$ 200 mil. Em alguns estados, como São Paulo, o gasto é ainda mais alto e chega a R\$ 4 milhões.

Mas quem paga essa conta? Sai do bolso do candidato? Certamente não. A maior parte dos parlamentares é eleito com financiamento empresarial, feito por empresas que evidentemente esperam um retorno de seu investimento. Só a Friboi tem 41 deputados e 7 senadores financiados na última eleição. Em 2012, as construtoras Andrade Gutierrez,

Queiroz Galvão e OAS lideraram o ranking de doações privadas nas eleições municipais, somando 18% do tal doado por empresas.

O resultado é a interferência das empresas na leis, licitações, decisões do parlamento que deixa de estar subordinado à vontade do povo e passa a se subordinar à vontade das próprias empresas e seu compromisso com o lucro. Para mudar essa situação, é preciso acabar com o financiamento empresarial, o que só uma constituinte poderá fazer!

Um eleitor não é igual a um voto

No Brasil, as lutas pelo direito ao voto vêm de longa data e garantiram o voto das mulheres, depois dos soldados e analfabetos. Desde 1989 todos podem votar diretamente para presidente.

Porém, persiste um problema: nas eleições para a Câmara dos Deputados o poder de voto do eleitor varia conforme a unidade da federação. As quantidades de deputados que cada estado pode eleger são diferentes e, em geral, estados com mais eleitores ele-

gem mais deputados. Mas a proporção entre o tamanho do colégio eleitoral e o número de vagas que cada estado deve ocupar na Câmara não é a mesma em todos os lugares.

Por exemplo: enquanto em um estado a proporção é de um deputado a cada 432 mil eleitores, em outro é de um a cada 33 mil. Assim, o voto dos eleitores de estados com proporções maiores exerce menor influência sobre o poder legislativo.

Esta distorção impede a maioria do povo trabalhador, concentrada em áreas populosas, de ter uma representação mais justa; e favorece a eleição de representantes das oligarquias locais, onde reina ainda mais o poder econômico dos latifundiários e grandes empresários.

A igualdade do poder de voto é uma questão básica de qualquer democracia. Lutamos para que cada eleitor tenha direito, de fato, a um voto!

MÉDIA DE GASTOS DE CAMPANHA DOS CANDIDATOS A DEPUTADO FEDERAL EM 2010 (MIL R\$)



FONTE: ASLEGIS

Por que o sistema político é tão ruim?

Quando a ditadura foi derrubada em 1985, o movimento das massas afirmou a necessidade de novas instituições no país, mas foi contido pelos acordos entre as cúpulas da ditadura e dos partidos Arena e MDB.

Assim, a atual Constituição (1988) é parte dessa contenção, da “transição conservadora”, sem ruptura. Os parlamentares eleitos com as regras herdadas da ditadura para o Congresso Nacional eram os mesmos que participavam da Assembleia Constituinte. Além disso, ela não tinha soberania, pois es-

tava sob tutela do Judiciário e do governo saídos da transição conservadora.

Apesar de alguns poucos avanços no papel, a Constituição de 1988 preservou muitas instituições criadas ou aprofundadas pelo regime militar, como a polícia militarizada que assassina a juventude nas periferias, a manutenção da estrutura fundiária, o pagamento da dívida pública, a anistia aos torturadores e assassinos etc.

O resultado disso é um sistema político antidemocrático e de restrita participação popular.



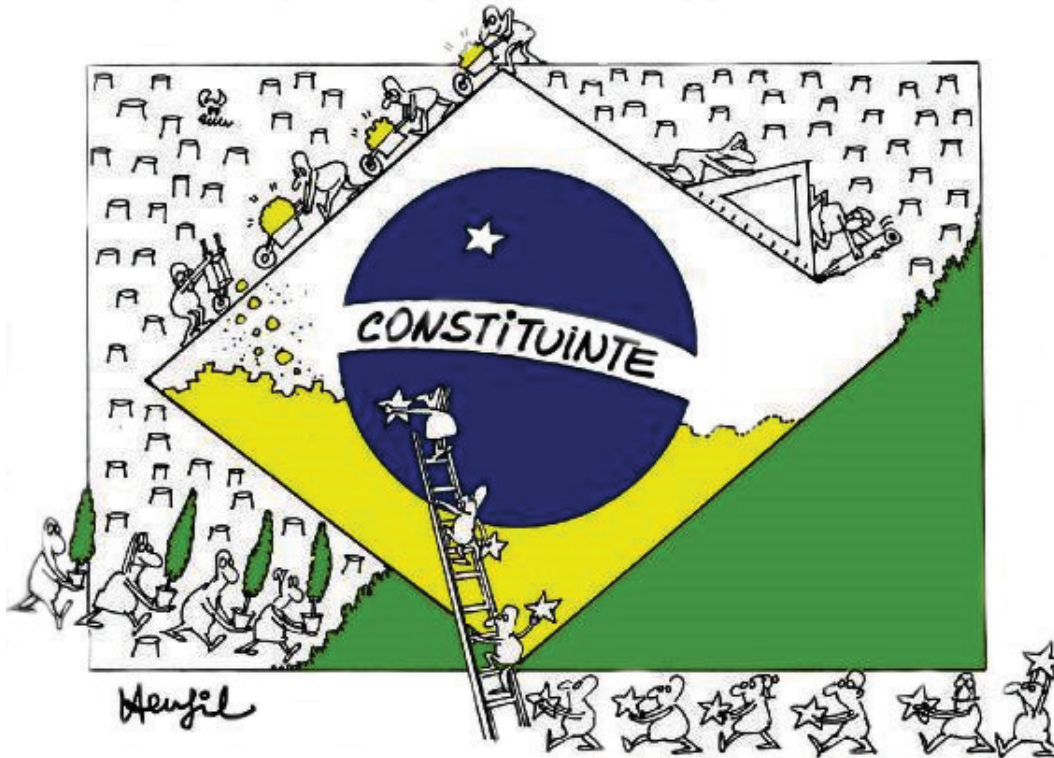
EM JUNHO DE 2013, OS JOVENS MOSTRARAM COMO ESTÃO DESCONTENTES COM A POLÍTICA ATUAL.

Por que uma Constituinte do Sistema Político?

É a realização de uma assembleia de representantes eleitos pelo povo que recebem o mandato para criar ou modificar a Constituição e definir as regras e o funcionamento das instituições do país, como o governo, o congresso e o judiciário, por exemplo. A Constituinte que propomos deve servir para mudar as regras do sistema político e abrir caminho para as aspirações populares, como saúde, educação, transporte e reforma agrária.

Por que uma Constituinte para mudar o sistema político?

Para solucionar os principais problemas da sociedade (educação, saúde, moradia, segurança, transporte, terra etc.) precisamos mudar as



“regras do jogo”, mudar o sistema político. Como não esperamos que esse Congresso “abra seus ouvidos”, organizamos um plebiscito popular que luta por uma Assembleia Constituinte exclusiva e soberana do sistema política.

Por que a Constituinte deve ser Exclusiva e Soberana?

Deve ser exclusiva para que os representantes sejam eleitos exclusivamente para isso. Ou seja, não serão os deputados atuais, já que não iriam caçar seus próprios privilégios. Deve ser soberana para ter o poder soberano de mudar o sistema político. Ou seja, estará acima de todos os outros poderes.

Como participar do plebiscito popular?

Os Comitês Populares são os instrumentos para quem deseja construir e participar do Plebiscito. Trata-se de um grupo de organizações e/ou pessoas responsáveis por organizar as atividades relativas ao Plebiscito durante o ano todo.

A arrecadação de votos do Plebiscito Popular ocorrerá na Semana da Pátria (01 a 07 de Setembro de 2014),

onde todos responderão à seguinte pergunta: “Você é a favor de uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político?”

No último dia de votação, 07 de Setembro, convidaremos todos a irem às ruas para participar do 20º Grito do Excluídos.

Pode-se organizar um Comitê Popular nos estados, municípios, bairros, escolas, igre-

jas, sindicatos, associações de bairro, universidades, comunidades rurais, grupos culturais, ou seja, em qualquer local que reúna os interessados em participar da Campanha.

Já são centenas de comitês organizados por todo país, que realizam palestras, cursos de formação, panfletagens, manifestações, entre outras atividades.

PARA CRIAR UM COMITÊ

Basta que tenha uma pessoa interessada em participar do Plebiscito para que o Comitê exista. A partir daí, pode-se chamar familiares, amigos, colegas de escola, pessoas próximas para juntarem-se e organizá-lo. Formado o Comitê e em contato com os Comitês do seu município, de municípios próximos ou do seu Estado é só co-

meçar a organizar atividades!

Tudo isso ajudará a multiplicar a ideia do Plebiscito para que se colete ao menos 10 milhões de votos por todo o Brasil. A meta da Campanha é ter ao menos um Comitê Popular em cada bairro das grandes cidades, em cada município do interior, em cada paróquia, assentamento, comunidade de todos os estados brasileiros.

cont@tos

 **ACRE**
plebiscitoconstituenteac@gmail.com

 **ALAGOAS**
plebiscitoconstituente.al@gmail.com

 **AMAPÁ**
plebiscitoconstituenteap@gmail.com

 **AMAZÔNIA**
plebiscitoconstituente.am@gmail.com

 **BAHIA**
plebiscitopopularbahia@gmail.com

 **CEARÁ**
plebiscitoconstituentece@gmail.com

 **DISTRITO FEDERAL**
plebiscitoconstituitedf@gmail.com

 **ESPÍRITO SANTO**
plebiscitoconstituente.es@gmail.com

 **GOIÁS**
plebiscitoconstituente.go@gmail.com

 **MARANHÃO**
plebiscitoconstituente.ma@gmail.com

 **MATO GROSSO**
plebiscitoconstituente.am@gmail.com

 **MATO GROSSO DO SUL**
plebiscitoconstituente.ms@gmail.com

 **MINAS GERAIS**
plebiscitopopularmg@gmail.com

 **PARÁ**
plebiscitoconstituente.pa@gmail.com

 **PARAÍBA**
plebiscitoconstituente.pb@gmail.com

 **PARANÁ**
plebiscitopopularparana@gmail.com

 **PERNAMBUCO**
plebiscitopopularpe@gmail.com

 **PIAUI**
plebiscitoconstituente.piaui@gmail.com

 **RIO DE JANEIRO**
plebiscitoconstituente.rj@gmail.com

 **RIO GRANDE DO NORTE**
plebiscitopopularrn@gmail.com

 **RIO GRANDE DO SUL**
constituinters@gmail.com

 **RONDÔNIA**
plebiscitop@gmail.com

 **RORAIMA**
plebiscitororaima@outlook.com

 **SANTA CATARINA**
plebiscitopopular.sc@gmail.com

 **SÃO PAULO**
plebiscitoconstituente.sp@gmail.com

 **SERGIPE**
plebiscito.se@gmail.com

 **TOCANTINS**
plebiscitotocantins@gmail.com

Secretaria Operativa Nacional

R. Caetano Pinto, 575, Brás São Paulo-SP | 11-2108-9336 plebiscitoconstituente@gmail.com facebook.com/plebiscitoconstituente